

Desenvolvimento como liberdade? Amartya Sen e os limites da liberdade neoliberal

Development as freedom? Amartya Sen and the limits of neoliberal freedom

Heloisa Rocha Luz¹

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo expor e analisar criticamente as propostas de Amartya Sen sobre desenvolvimento e liberdade. Com a emergência do neoliberalismo, seguido da crítica impiedosa às ideias desenvolvimentistas, o economista surge com uma proposta para o desenvolvimento humano em sentido amplo, afastando-se das correntes economicistas predominantes. Para a construção de nossa análise, nos dedicamos a um exame minucioso de suas proposições, conforme expostas em seu livro *Desenvolvimento Como Liberdade* (2000). Com a pretensão de propiciar uma compreensão adequada do nosso objeto, procuramos explicitar, brevemente, o conjunto de acontecimentos que levaram à ascensão e crise das teorias do desenvolvimento, apresentar a proposta de Sen para redefinição do conceito de desenvolvimento, e, ao apontar para a maneira como as suas ideias se relacionam com as dinâmicas da sociedade capitalista, identificar as limitações teóricas e práticas de sua abordagem. Enfim, procuramos demonstrar como a perspectiva de Amartya Sen, ao tentar unir as propostas de desenvolvimento econômico e bem-estar social sob o quadro restrito do modo de produção capitalista, sobretudo no contexto de prevalência das políticas neoliberais, ajuda a fortalecer as bases materiais para a negação destas propostas.

Palavras-chave: Amartya Sen; desenvolvimento; liberdade; indivíduo; capitalismo.

Abstract: The main objective of this work is to expose and critically analyze Amartya Sen's proposals on development and freedom. With the rise of neoliberalism, accompanied by the merciless criticism of developmentalist ideas, the economist presents a proposal for human development in a broad sense, distancing himself from the prevailing economic currents. For the construction of our analysis, we have dedicated ourselves to a close examination of his propositions, as presented in his book

¹ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do GEMARX-UEL (Grupo de Estudos Marxistas da Universidade Estadual de Londrina).

Development as Freedom (2000). With the aim of providing an adequate understanding of our object, we seek to explain briefly the set of events that led to the rise and crisis of development theories, present Sen's proposal for redefining the concept of development, and, by pointing out how his ideas relate to the dynamics of capitalist society, identify the theoretical and practical limitations of his approach. Finally, we seek to demonstrate how Amartya Sen's perspective, by attempting to merge the proposals of economic development and social welfare within the restricted framework of the capitalist mode of production, especially in the context of prevalence of neoliberal policies, ultimately strengthens the material bases for the negation of these proposals.

Keywords: Amartya Sen; development; freedom; individual; capitalism.

1. Introdução

Com a evidente ascensão do neoliberalismo entre as décadas de 1980/90, marcada pela crítica impiedosa às ideias e políticas desenvolvimentistas, o economista e filósofo indiano Amartya Sen afastou-se do cânone economicista predominante e recolocou algumas preocupações com o desenvolvimento humano em sentido amplo no centro dos debates da ciência econômica - com reverberações em todas as ciências sociais -, isto é, não apenas desenvolvimento econômico.

O principal objetivo deste trabalho é analisar criticamente as ideias de Amartya Sen sobre desenvolvimento e liberdade e, mais especificamente, se e como a sua compreensão das categorias básicas da sociedade capitalista coaduna-se com propostas efetivas de desenvolvimento e liberdade. O que Amartya Sen entende por desenvolvimento e por liberdade? Partindo da longa tradição do pensamento liberal, qual seria a novidade da relação que ele estabelece entre os postulados éticos e políticos que defende e as ideias econômicas liberais que fundamentam o seu pensamento? Suas ideias podem efetivamente orientar as ações e as lutas daqueles que almejam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária?

Com a pretensão de propiciar uma compreensão adequada do nosso objeto, este trabalho foi estruturado em quatro seções (além desta introdução e das considerações finais): na primeira, procuramos explicitar, de modo sintético, o conjunto de acontecimentos que levou à ascensão e à crise das teorias do desenvolvimento; na segunda, apresentamos a proposta de Amartya Sen para redefinição do conceito de desenvolvimento; na terceira, procuramos explicitar algumas limitações teóricas da

abordagem seniana, em confronto à teoria marxista; e, na quarta, tentaremos explicitar algumas das suas limitações práticas. Para tratar do fenômeno do desenvolvimento, em geral, e do desenvolvimento capitalista, em particular, procedemos da vasta produção teórica de Marx (1983; 2008; 2013) e Engels (2005; 2007), Lukács (2007; 2012; 2013) e Bonente (2016). Com a preocupação de elaborar uma autêntica crítica científica, as ideias foram analisadas à luz do contexto histórico – e, portanto, das respostas aos dilemas teóricos e problemas reais do seu tempo – e de suas respectivas funções sociais.

2. A ascensão e a crise das teorias do desenvolvimento

No decurso do século XX, a contar de meados da década de 40, um extenso conjunto de pensadores de abordagens teórico-metodológicas distintas, composto por economistas, sociólogos, cientistas políticos, historiadores, dentre outros, dedicou-se ao estudo do que se conveniu chamar de teorias do desenvolvimento. Sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, à formulação de modelos teóricos voltados à explicação dos padrões de reprodução do capital foram sendo agregadas estratégias objetivando a diversificação e a elevação da produção e da produtividade das empresas dos países ditos “subdesenvolvidos”² e, por consequência, o aumento dos padrões de consumo de suas populações.

Este período, e isto não é casual, é marcado por uma série de reconfigurações e reorientações no plano político-ideológico global. Frente à emergência de novas nações no pós-guerra, aliado ao processo de descolonização no leste asiático e parte da África, “o processo de formação do horizonte do desenvolvimento se acentua” (Prado, 2020, p. 95). O reconhecimento de trajetórias distintas de crescimento entre os países suscitou a criação de uma sequência de organismos multilaterais, visando à consolidação de uma espécie de acordo global em prol do crescimento econômico. É neste contexto que vemos emergir um conjunto de ideias, à direita e à esquerda, visando dar subsídios para a compreensão e a implementação de políticas de desenvolvimento nos países periféricos; trata-se das chamadas teorias do desenvolvimento³, que, dentro do processo de

² Há uma multiplicidade de termos e expressões utilizados para caracterizar este conjunto de países: subdesenvolvidos, atrasados, periféricos, terceiro mundo - e, a depender da sua posição na hierarquia econômica e política mundial, semiperiférico, segundo mundo etc. Para os fins da nossa exposição, adotaremos, prioritariamente, o termo “subdesenvolvidos”.

³ É evidente que, num certo sentido, a temática do desenvolvimento já vinha sendo tratada por diversos teóricos que antecederam o período, e que vão, inclusive, oferecer contribuições significativas para a emergência e desenvolvimentos dessas teorias. Porém, é apenas a partir da década de 1940 que se registra o nascimento das teorias do desenvolvimento enquanto ramo específico.

transformação do padrão de reprodução do capital em escala mundial, indicam a seguinte possibilidade:

que diferentes projetos de “desenvolvimento” se tornem hegemônicos, através da criação de novos mercados, da integração dos sistemas de produção e pela mudança qualitativa da expansão do investimento externo direto para as regiões que, também naquele então, começarão a ser denominadas de “áreas subdesenvolvidas” (Prado, 2020, p. 87).

Dessa forma, para os países periféricos, essas teorias parecem descortinar oportunidades para a superação dos constrangimentos que determinavam o seu baixo padrão de desenvolvimento socioeconômico.

Aqui, cabe salientar que as teorias do desenvolvimento não constituíam um conjunto coeso de abordagens⁴, diferenciando-se nos seus tratamentos do conceito de desenvolvimento à apreensão de seus condicionantes e estratégias de promoção. No entanto, essas teorias vão tanto constituir uma nova categoria de análise, relativamente autônoma e especificamente dedicada à temática (Bonente, 2016, p. 105), quanto partilhar de uma série de pressupostos comuns, o que nos permite traçar algumas linhas gerais.

Essas teorias possuem, de modo geral, um mesmo objetivo: direcionar a trajetória dos países “subdesenvolvidos” para o seu desenvolvimento. Eram considerados países subdesenvolvidos aqueles cujo padrão de desenvolvimento socioeconômico não correspondia aos padrões de desenvolvimento dos países desenvolvidos, cujo processo de acumulação do capital estava altamente – e pioneiramente – vinculado à expansão da grande indústria. Neste cenário, crescimento econômico e desenvolvimento são, quase sempre, tidos como sinônimos; a direção deste “desenvolvimento”, portanto, era a acumulação de capital, manifesta no aumento da riqueza (PIB, renda per capita etc.). Sob esta ótica, a ampla maioria dos modelos e teorias do campo baseava-se no aumento (ou não) de riqueza entre os países, medidos através de uma série de indicadores cujos parâmetros eram estabelecidos tendo como base as características dos “países desenvolvidos” (Prado, 2020, p. 55).

Neste aspecto, embora não fosse um consenso, as estratégias de superação do subdesenvolvimento recaíam, majoritariamente, sob a necessidade de industrialização destas regiões. Ancoradas nas experiências bem-sucedidas de industrialização da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão – e, mais recentemente, embora fora do círculo dos

⁴ Neste período, destacam-se o surgimento dos chamados “modelos de crescimento”, como o de Harrod-Domar (1939; 1946) e Solow (1956), e as teorias de Hirschman (1958), apoiada na noção de crescimento desequilibrado e o esquema teórico em etapas de Rostow (1958).

países capitalistas, a União Soviética –, as teorias do desenvolvimento buscavam uma maneira de expandir e recriar, nos países “menos favorecidos”, as estruturas produtivas dos países desenvolvidos capitalistas.

Este período de difusão das teorias do desenvolvimento estende-se até meados das décadas de 1960 e 1970, quando “elementos de uma enorme crise de valorização do capital se acumulam em todos os países capitalistas desenvolvidos” (Bihr, 1998, p. 74) – elementos que, até então, haviam servido de base material para a expansão deste modo de produção –, o que, seguida da iminente queda do “socialismo real”, contribuiu para que a possibilidade de efetivação do ideário desenvolvimentista passasse a ser amplamente questionada.

É certo que as próprias condições impostas pelo regime de acumulação capitalista provocaram uma profunda alteração na estrutura dos Estados centrais. Como argumenta Bihr (1998, p. 114), o processo de transnacionalização do capital, decorrente da crise latente do fordismo, causa uma cisão entre os espaços político e econômico. Se, por um lado, a gestão estatal das formações capitalistas centrais deve continuar a garantir as condições sociais e políticas gerais de dominação de classe, no âmbito nacional, por outro lado, o seu domínio sobre a reprodução do capital, no nível econômico, enfraquece drasticamente. O que tornava os problemas econômicos incipientes tão dramáticos era o fato “que as flutuações conjecturais coincidiam com convulsões estruturais” (Hobsbawm, 1995, p. 319).

Este conjunto de transformações encontrou grandes repercussões nos estudos acerca da questão do desenvolvimento. Inicialmente, apontou-se para uma crise no próprio campo das teorias do desenvolvimento, assumindo a forma de “um crescente ceticismo quanto à possibilidade de superação do subdesenvolvimento e promoção da tão almejada convergência da riqueza das nações” (Bonente, 2016, p. 167). Nesse contexto, vemos ascender uma vasta literatura questionando as possibilidades de efetivação do ideário do desenvolvimento, como partilhado entre as teorias clássicas do campo.

Em contrapartida, um número considerável de formulações surge visando mostrar que a tentativa frustrada de promoção do desenvolvimento não estava assentada na impossibilidade de concretização das propostas em si, mas nas estratégias adotadas para promovê-las. Como assinala Bonente (2016):

esse expediente crítico pode ser visto como reflexo de uma mudança mais ampla no plano político-ideológico, marcada pelo enfraquecimento do keynesianismo e ressurgimento da ideologia liberal

(renovada sob a roupagem do neoliberalismo). Nesse sentido, além da tentativa de demonstrar os equívocos das estratégias de desenvolvimento baseadas na intervenção e no planejamento, as principais contribuições nesse campo entendem que a resolução de problemas característicos dos países subdesenvolvidos depende, fundamentalmente, da ampliação da liberdade de mercado (p. 168).

Diante da incerteza conjuntural, este numeroso conjunto de elaborações, de matrizes teórico-metodológicas distintas, procurou dar conta dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais, que deflagrou o cenário de crise. Apesar de suas divergências, todas convergiam em um ponto central: “a profundidade e a gravidade da crise capitalista, considerada por quase todos os analistas como uma crise estrutural” (Castelo, 2013, p. 186).

Um elemento importante a se considerar é que as respostas das classes dominantes aos efeitos da crise não se ocuparam de – e nem ao menos se propuseram a – eliminar as suas causas profundas. Como fica evidente, ao investigar a história do capitalismo, suas crises combinam traços gerais, decorrentes das contradições inerentes ao seu modo de produção, e traços particulares, que dizem respeito ao contexto histórico específico em que se produzem (Mandel, 1990, p. 29). Neste contexto, a ideologia neoliberal teve um ímpeto repentino, tornando-se, apesar de sua referência quase direta à velha ideologia liberal, a mais recente avalizadora da supremacia burguesa.

O triunfo do neoliberalismo sobre o keynesianismo parecia consagrar o capitalismo – em especial, o capitalismo em sua configuração neoliberal – como único projeto possível para uma grande parcela da humanidade. Não à toa, é nesse período que a tese conservadora do “fim da história” ganha maiores repercussões. Como reação às previsões catastróficas, capitalistas e seus representantes políticos e ideológicos foram incorporando, em seus discursos e práticas, elementos que parecem transmutar as contradições sociais em desafios técnicos e administrativos. É em vista disso que as teorias do desenvolvimento passam a incorporar novos elementos ao seu conteúdo (que permitissem ir além do simples crescimento da renda) (Bonente, 2016, p. 185), desempenhando um importante papel na sustentação do sistema capitalista.

Esse cenário é marcado pelo surgimento de teorias decididas a provar que o problema do desenvolvimento não decorre da sua impossibilidade de implementação, nem das estratégias adotadas para promovê-lo, mas da própria definição do desenvolvimento. Esta reorientação é bastante expressiva, refletindo o cenário político-ideológico que veio a marcar a década de 1990 (e, até onde podemos afirmar, que marca,

também, os dias atuais). Na medida em que novas dimensões são integradas à ideia de desenvolvimento, ela se torna cada vez mais fragmentada. Embora o crescimento econômico continue a compor esta ideia, ganha força a noção de que ele já não é seu único critério. Nessa perspectiva, toma-se a noção “de um desenvolvimento que é sustentável em sentido amplo, ou seja, baseado em uma sustentabilidade física (ecológica), econômica (de durabilidade ao longo do tempo) e social (inclusiva)” (Bonente, 2016, p. 169 - *itálicos no original*).

Diante da contraditória expansão do capitalismo a nível mundial, que, em múltiplos aspectos – políticos, sociais, ambientais etc. –, revelou-se radicalmente destrutivo, as promessas de desenvolvimento precisaram, também, passar por uma renovação. Como já observado, não é a primeira – e, muito provavelmente, nem a última – vez que a ordem capitalista necessita passar por uma atualização, de modo a preservar o domínio das classes dominantes sob as classes dominadas. No contexto tratado, esta necessidade (das classes dominantes) pode ser identificada na defesa apologética dos valores do livre mercado em oposição aos elementos de consenso político e ideológico que, subestimados no processo de implementação da doutrina neoliberal, forneceram elementos para a deslegitimação deste projeto. Como indicado por Mota (1995, p. 84): “esse fracasso, contraditoriamente, incide sobre a ortodoxia liberal e aponta para a impossibilidade de tratar a economia longe da política, isto é, de implementar as reformas econômicas sem a obtenção de consensos de classe”.

Se a noção predominante do desenvolvimento até então, expressa por organizações internacionais, políticos e acadêmicos de todos os tipos, tomava o crescimento econômico como base para o desenvolvimento humano, colocando, assim, as classes capitalistas no comando dos diferentes projetos de desenvolvimento, as novas teorias, ainda que não desconsiderem este aspecto, passam a tomar o desenvolvimento em um sentido mais abrangente. Por conseguinte, a renovação das promessas liberais pode ser encarada, também, como um desafio teórico aos seus intelectuais.

3. A proposta de redefinição do conceito de desenvolvimento em Amartya Sen

Assumindo a dianteira deste novo rumo das teorias do desenvolvimento, o economista e filósofo indiano Amartya Sen surge com um dos trabalhos de maior repercussão no campo, assumindo um espaço cada vez mais significativo nos debates acerca de desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Sen é uma das

personalidades mais influentes do pensamento econômico das últimas décadas, sendo conhecido por suas contribuições à teoria do desenvolvimento e à economia do bem-estar e como um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). É também o vencedor do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 1998, em reconhecimento aos seus trabalhos acerca da economia de bem-estar e de uma possível restauração da dimensão ética nos debates econômicos.

Como apontado por Maranhão (2012, p. 88), o pesquisador “tem sido frequentemente citado como um autor progressista, crítico do neoliberalismo, apresentador de alternativas concretas e possíveis para minimizar o atual quadro social de aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades”. Um exame mais profundo, porém, de seus conceitos e perspectivas pode apontar para o real projeto que se enreda no seu trabalho e que, como pretendemos demonstrar, não rompe com os pressupostos de existência dos principais problemas que procura superar, ligados, essencialmente, aos modos objetivos de funcionamento da dinâmica capitalista.

Desde suas primeiras publicações, as ideias de Sen têm causado grande impacto dentro e fora dos círculos acadêmicos. No entanto, é em *Desenvolvimento Como Liberdade*, publicado pela primeira vez em 1999⁵, que encontramos uma de suas intervenções – teóricas – mais significativas no campo do desenvolvimento: “uma obra geral sobre o desenvolvimento e as razões práticas que o fundamentam” (Sen, 2000, p. 11); o livro consiste numa síntese do pensamento do autor, delineando os principais elementos constitutivos do desenvolvimento.

Motivado por aquilo que chama de “uma abordagem múltipla do desenvolvimento” (Sen, 2000, p. 151), Sen procura demonstrar que a solução para o desenvolvimento econômico e social simultâneo está na combinação do uso extensivo dos mercados com a ampliação de oportunidades sociais. De acordo com o autor, a expansão dessas oportunidades sociais visa à eliminação das diferentes formas de privação de liberdade “que limitam as escolhas (...) das pessoas de exercer ponderadamente a sua condição de agente” (Sen, 2000, p. 10). O argumento central do economista, portanto, está na maximização de oportunidades de liberdade – mercantil – para a promoção das capacidades individuais.

Versando sobre os aspectos econômicos e morais do desenvolvimento humano, o autor recorre aos debates clássicos da economia política – “em muitas das ocasiões,

⁵ A obra chega ao Brasil no ano 2000, com tradução de Laura Teixeira Motta, pela Companhia das Letras.

apenas retirando dos autores com que trabalha aquilo que lhe interessa” (Maranhão, 2012, p. 99) – de modo a propor uma concepção do desenvolvimento de caráter “social-liberal”⁶. O economista diverge de autores como Hayek e Friedman, ao reconhecer um papel – ainda que limitado – do Estado na resolução de problemas sociais, no entanto, na sua resolução, a atuação dos dispositivos estatais deve servir não como uma proteção contra os efeitos negativos do sistema de livre-mercado, mas como um meio de expansão deste mecanismo.

A novidade trazida por Sen em sua análise está numa mudança de foco, migrando da tradicional herança dos teóricos do desenvolvimento – industrialização, PIB *per capita*, concentração na renda etc. –, para uma abordagem mais orientada para as oportunidades de desenvolvimento das capacidades dos indivíduos. Como assinalado pelo autor: “o problema da desigualdade, realmente se magnifica quando a atenção é desviada da desigualdade de renda para a desigualdade na distribuição de liberdades substantivas e capacidades [dos indivíduos]” (Sen, 2000, p. 144). Neste argumento, a ética *parece* preceder a esfera econômica, como difundido pelos economistas clássicos.

Ao examinarmos as bases teóricas onde as propostas de *desenvolvimento como liberdade* se assentam, observamos que elas circunscrevem a concepção de liberdade aos limites do mercado e ao confinado espaço das capacidades isoladas dos indivíduos. Com seu anúncio de uma proposta de desenvolvimento econômico associada à promoção do bem-estar humano e da liberdade humana, a abordagem seniana ofereceu, no plano conceitual, justificativas ideológicas para a expansão e o aprofundamento das relações capitalistas.

O fato é que, ao buscar renovar o compromisso liberal de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, as propostas neodesenvolvimentistas de Amartya Sen ajudaram a revigorar as bases materiais para a contraditória negação de seus próprios compromissos (Maranhão, 2012, p. 101).

Nesse sentido, a abordagem de desenvolvimento como liberdade possui o mérito de identificar – alguns dos – problemas no desenvolvimento capitalista, mais especificamente os problemas referentes ao impacto econômico da relação entre a formação dos indivíduos (capacidades) e as oportunidades sociais que lhes são (ou não) ofertadas. Sendo a visão do autor sobre o capitalismo superficial e profundamente arraigada na ideologia liberal; por isso, apresenta o mercado como espaço de

⁶ Sobre o social-liberalismo, ver Castelo (2013).

concretização das liberdades individuais e negligencia o seu potencial destrutivo (concorrência, concentração de capital) e, no caso do capital, seu fundamento inerentemente exploratório. Assim,

apesar da ênfase na liberdade conferir à formulação um acento crítico, a consequência é uma afirmação acrítica da possibilidade de realização dos anseios libertários nos marcos do modo de produção capitalista (Bonente; Medeiros, 2016, p. 40).

A preocupação explícita e objetiva da questão da pobreza e da privação de liberdade encontrada em Sen pode apontar para uma sincera intenção do autor em oferecer uma resposta para a penúria social e promover a liberdade e o bem-estar humano; no entanto, “em se tratando da realidade histórica, as boas intenções exercem um papel muito pequeno nas escolhas políticas corretas” (Maranhão, 2012, p. 100). Na realidade, a despeito de suas boas intenções, quando associa “diretamente o pressuposto mais fundamental da sociedade capitalista, a generalização da troca mercantil, ao desenvolvimento humano” (Bonente; Medeiros, 2016, p. 57), lhe resta apenas abandonar qualquer análise da totalidade social e concentrar-se na exagerada valorização das capacidades individuais.

4. Para compreender os conceitos de liberdade e desenvolvimento

O ponto de partida colocado por Sen é o de oferecer uma base para o desenvolvimento – seja para a compreensão do processo de desenvolvimento, seja para a sua realização – mais ampla do que aquelas oferecidas pelas teorias clássicas do campo. Ao mesmo tempo que procura oferecer um contraponto crítico às teorias dominantes, o economista assume o compromisso de renovar as promessas liberais; para isso, ele propõe uma reinterpretação do fundamento ético em que se assentam essas ideias, e que toma forma na defesa da ideia de *desenvolvimento como liberdade*.

Em certo sentido, a proposta analítica desta abordagem busca conferir um conteúdo concreto à(s) liberdade(s) – como apresentado pelo economista em sua tentativa de tipificar seus aspectos, usos, razões, papéis etc. Para evitar equívocos, no entanto, é preciso tornar mais preciso e objetivo o conteúdo dessa categoria, de modo a compreender o contexto em que se origina e as relações que estabelece com a *realidade* concreta.

Como procuramos evidenciar, este esforço está assentado no entendimento de que, para uma compreensão adequada do nosso objeto – neste momento, mais especificamente, da compreensão da concepção de liberdade –, devemos nos voltar para

o desvelamento dos processos e determinações em que ele se assenta. Este exercício assume um papel significativo na conceituação da ideia de liberdade, uma vez que ela “cumpriu e ainda cumpre um papel tão importante nas disputas filosóficas acerca do homem e da sociedade” (Lukács, 2013, p. 58).

Não encontraremos no trabalho de Sen uma definição explícita do conceito de liberdade. Ao abordar esta noção, no entanto, o autor faz referência, inúmeras vezes, à *perspectiva* da liberdade ou à *visão* da liberdade. Em certa medida, o próprio economista reconhece o emprego impreciso de alguns conceitos centrais de sua análise, ainda que, para ele, este aspecto constitua um dos méritos de sua abordagem. Segundo o autor,

Mesmo que a expressão precisa de uma ambiguidade revele-se difícil, isso não pode justificar o esquecimento da natureza complexa do conceito nem servir de argumento para se buscar em troca uma exatidão espuriamente estreita. (...) Sem dúvida é mais importante ser vagamente correto do que precisamente errado (Sen, 1993, n.p.).

É provável que, em razão disso, devido a essa ausência de uma definição clara, a sua teoria possa oferecer espaço para um conjunto mais amplo de possibilidades teóricas. Como salienta Bénicourt (2004, p. 84 - tradução nossa) “se ele [Sen] consegue o consenso, talvez seja porque todos conseguem encontrar o que querem dentro do seu discurso confuso”. Veremos, em momento oportuno, algumas implicações metodológicas decorrentes deste aspecto sobre o conceito de *liberdades substantivas*.

Apesar de sua imprecisão conceitual, a liberdade seniana sustenta-se num campo teórico muito preciso, identificado com a tradição liberal. O autor não esconde o seu apreço pelo pensamento de Adam Smith – que é o progenitor do raciocínio que Sen leva às últimas consequências (Bonente; Medeiros, 2016, p. 58) –, no qual encontra o aporte ético e teórico que fundamenta o seu trabalho. No entanto, isso não impede o autor de resgatar pensadores de abordagens teórico-metodológicas (e, sobretudo, ideológicas) distintas, que, recortados nas citações de Sen, parecem atestar a sua análise⁷.

Como já mencionamos, Sen concebe a liberdade em termos abstratos e individuais. Embora, por diversas vezes, faça referência às liberdades *reais* que as pessoas desfrutam, suas formulações revelam que esta liberdade está circunscrita ao nível de ação do indivíduo e pouco (ou nada) considera o contexto de relações em que se inscreve.

⁷ Este é o caso de Karl Marx que, na interpretação de Sen, transforma-se, de crítico radical, a um ardoroso defensor das regalias do livre-mercado.

Deste modo, apesar do apelo ao real, vemos que sua teoria pouco se relaciona com a realidade concreta.

Para que possamos ter uma ideia mais precisa acerca do fenômeno da liberdade, é preciso que nos aproximemos da estrutura originária que constitui seu fundamento: o trabalho. É certo que

A investigação – do ponto de vista metodológico geral – da liberdade é particularmente difícil pelo fato de que ela se constitui num dos fenômenos mais multiformes, multilaterais e cambiantes do desenvolvimento social (Lukács, 2013, p. 101).

O trabalho, porém, tem produzido, invariavelmente, compreensões equivocadas acerca de sua gênese real e conceitual, as quais impedem a sua apreensão correta. “O fenômeno da liberdade, pois, só pode ser rastreado aqui em sua gênese ontológica” (Lukács, 2013, p. 101). A liberdade, portanto, tem a sua base constitutiva limitada à esfera da existência humana, e está estreitamente vinculada à seguinte propriedade: “a superação da mera reprodução material” (Bonente; Medeiros, 2016, p. 50).

Na sua forma originária, o trabalho consiste em um processo “em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (Marx, 1983, p. 297) e tem como pressuposto a vontade orientada do homem, isto é, a escolha consciente entre diferentes alternativas, como seu elemento constitutivo. Como apontam Bonente e Medeiros (2016, p. 51): “à medida que as forças produtivas humanas progridem, o campo das escolhas disponíveis aos seres humanos no domínio da produção material (trabalho) estende seus limites. Amplia-se, com isso, a liberdade humana”.

Nesse sentido, Lukács define a liberdade como “uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas” (2013, p. 101). É certo que a concretude dessas possibilidades está condicionada – e pressuposta – pela reprodução ampliada do homem, isto é, da superação da sua mera reprodução instintiva, como explicitada no parágrafo anterior. E, embora tenha sua gênese no trabalho, a liberdade não está restrita ao âmbito do trabalho, uma vez que a sua expansão envolve a criação de novas possibilidades, novos complexos e dimensões da existência humana (as quais são postas pela própria ampliação da produtividade do trabalho).

A ideia de demonstrar que o desenvolvimento consiste, portanto, na expansão das liberdades individuais, como tomada pelo autor, parece insuficiente na análise das

relações de trabalho. De acordo com o economista, a passagem do trabalho adscritício⁸ para o trabalho assalariado representa um dos passos mais largos em direção à liberdade humana. É verdade que, num primeiro nível, este aspecto constitui um importante momento do desenvolvimento da humanidade; no entanto, o trabalho assalariado não constitui, ele próprio, a liberdade humana, como Sen parece induzir. O autor argumenta que “entre os desafios cruciais do desenvolvimento em muitos países atualmente inclui-se a necessidade de libertar os trabalhadores de um cativeiro explícito ou implícito que nega acesso ao *mercado de trabalho*” (Sen, 2000, p. 22 - itálicos nosso). Nesta mesma direção, Sen sugere que pensemos nesta relação de trabalho como algo realmente livre:

Uma das maiores mudanças no processo de desenvolvimento de muitas economias envolve a substituição do trabalho adscritício e do trabalho forçado, que caracterizam partes de muitas agriculturas tradicionais, por um sistema de contratação de mão de obra livre e movimentação física irrestrita dos trabalhadores (Sen, 2000, p. 43).

Nesta afirmação, o autor leva a naturalização da troca em Adam Smith às últimas consequências (Bonente; Medeiros, 2016, p. 46), ao conferir um caráter “trans-histórico” e universal à liberdade de troca de mercadorias – que, em sua visão, é tão natural quanto “a liberdade de trocar palavras, bens ou presentes” (Sen, 2000, p. 21), mas que, como observamos, só se afirma como dominante na era burguesa –, identificado pelo autor como “uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar” (Sen, 2000, p. 21).

No entanto, este argumento omite a relação de dominação e exploração que definem o trabalho assalariado, uma vez que o exercício da liberdade do trabalhador é condicionado pelo aproveitamento da sua força de trabalho pelo capitalista. Como ironiza Marx (1983, p. 293),

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham.

Embora os indivíduos sejam formalmente livres e iguais – na condição de proprietários de mercadorias –, seria um equívoco supor que sua condição de classe seja indiferente ao usufruto da liberdade concreta. Neste sentido, não é possível falar de

⁸ O uso do termo “trabalho adscritício”, conforme resgatado pelo autor, aponta para a existência de algum tipo de coerção para que uma pessoa viva e trabalhe em determinada propriedade. É frequentemente utilizada para descrever a condição do servo.

liberdade individual sem se contrapor à submissão forçosa dos indivíduos à classe dominante (Mészáros, 2008, p. 156). Se, lembramos, a liberdade significa escolhas concretas entre alternativas concretas, o assalariamento revela, na verdade, uma profunda ausência de liberdade, uma vez que, por circunstâncias históricas que escapam ao controle dos assalariados, limitam as suas condições de produção (e reprodução) à compra da sua força de trabalho pela classe capitalista.

Em todos os pontos levantados, o que se destaca é a tentativa de Sen de reduzir a liberdade à condição de agente do indivíduo no mercado, sem adentrar as relações subjacentes à formalidade das trocas mercantis. Como já mencionamos, o fato de a liberdade ter a sua origem no trabalho não a confina neste único domínio da atividade humana. Como bem salientaram Marx e Engels (2007, p. 202 - *italicos no original*), “o trabalho é livre em todos os países civilizados; não se trata de libertar o trabalho, mas de supressumi-lo [*aufheben*]”.

Ao tomar o desenvolvimento como a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, sem atentar para as relações de domínio e exploração que perpassam a sociedade capitalista, a proposta de Sen demonstra-se não apenas insuficiente, mas profundamente contraditória. Nesse sentido, o livre desenvolvimento dos indivíduos só pode ser efetivamente concretizado

em uma sociedade de indivíduos associados e não antagonicamente apostos (...) de outra forma esses direitos [à liberdade, igualdade etc.] se transformam em esteios da parcialidade e da exploração, às quais se supõe, em princípio, que se oponham em nome do interesse de todos (Mészáros, 2008, p. 161).

O pressuposto implícito na abordagem de desenvolvimento como liberdade é de que, no limite, a conquista da liberdade humana é, apenas, uma possibilidade relativa, sem qualquer compromisso com a realidade concreta. Se, como destacou Lukács (2013, p. 138), a “questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração que a separa inteiramente do concreto, ela perde toda sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia”.

Portanto, somente sob a condição do trabalho livremente associado é possível que a liberdade dos indivíduos efetivamente floresça, torne-se mais do que liberdade para adaptar-se às condições adversas da dominação do capital, mas base concreta para a organização autônoma da produção e reprodução da vida material e pleno desenvolvimento da personalidade.

Como discutimos, a perspectiva da liberdade seniana apresenta algumas limitações significativas e, considerando que a sua análise de desenvolvimento “considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos” (Sen, 2000, p. 32), estas limitações acabam por incidir, também, sobre este conceito. O fato é que, a despeito das fraseologias, tal abordagem compromete o desenvolvimento da sociedade em um sentido efetivo.

No esforço de apresentar o sentido aqui atribuído ao conceito de desenvolvimento, em contraste com a proposta seniana, consideramos necessário reunir alguns elementos que nos permitam distinguir e esclarecer as diferenças – ainda que de modo limitado, dado a complexidade deste objeto – entre a linha geral de desenvolvimento da sociedade (e que não se limita a um modo de produção determinado) e a linha geral de desenvolvimento da sociedade *capitalista*. Seguindo o raciocínio iniciado na seção anterior, esperamos mostrar o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista, “que amplia as possibilidades da emancipação humana, ao mesmo tempo em que impede sua plena realização” (Bonente; Medeiros, 2016, p. 40).

Antes de darmos sequência ao nosso argumento, é necessário destacar que, ao abordar a questão do desenvolvimento, em sua amplitude geral e particular, Marx – a quem recorreremos na nossa argumentação – não atribui um caráter normativo a essa categoria, examinando-a como uma condição objetiva da sociabilidade humana. Este critério permite reconhecer que a linha geral do desenvolvimento se manifesta em condições e fenômenos antinômicos e, portanto, não configura um processo linear⁹.

Segundo o autor, a existência humana é condicionada por, pelo menos, três condições históricas: a primeira é a produção de meios de satisfação para a satisfação de necessidades (ligadas à alimentação, vestuário, moradia etc.); a segunda toma o fato que, a satisfação dessas necessidades, e os instrumentos para esta satisfação, conduzem a novas necessidades; e a terceira diz respeito à reprodução humana, que, no curso do desenvolvimento histórico, leva à criação de novas relações sociais e, por isso, à criação de novas necessidades (Marx; Engels, 2007, p. 33-34). Em conformidade àquilo que abordamos há pouco, o autor afirma:

Esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três estágios distintos, mas sim apenas como três aspectos ou, a fim de escrever de modo claro aos alemães, como três “momentos” que

⁹ A elucidação deste aspecto permite que entendamos a dimensão teórica do pensamento marxiano e, também, que tenhamos elementos para rebater alguns segmentos que enxergam certo “etapismo” no pensamento do autor.

coexistiram desde os primórdios da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história (Marx; Engels, 2007, p. 34).

Seguindo este mesmo argumento, Lukács (2007, p. 14) aponta que a o desenvolvimento da sociedade se expressa em algumas tendências gerais – embora estas se traduzam, na prática, de modo bastante desigual – que transcendem os marcos de um modo de produção determinado, e que podem nos ajudar a elucidar o argumento até aqui construído. A primeira das tendências identificadas por Lukács, a partir do pensamento marxiano, e que caracteriza o desenvolvimento da sociedade, se manifesta no sentido de “diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução dos homens” (2007, p. 14); a segunda, faz menção à expansão do elemento social na reprodução humana, mas sem “desvincular-se inteiramente da sua base em processos naturais” (2007, p. 14). Este aspecto está claramente exposto n’*A Ideologia Alemã*, onde Marx e Engels afirmam que “a produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado como relação natural, de outro como relação social” (2007, p. 34). E a terceira, em complementaridade às – e em razão das – precedentes, entende que há uma intensificação das ligações quantitativas e qualitativas entre os homens, que mostram a unificação da humanidade, ou, dito de outro modo, da “explicitação do caráter genérico da humanidade” (Bonente, 2016, p. 34).

Explicitadas algumas das tendências do desenvolvimento geral da sociedade – ou, como nosso interlocutor chamaria, seus elementos constitutivos –, cabe, portanto, definir o que estamos falando quando tratamos da ideia de desenvolvimento. Como sugere Lukács, em um grau mais abstrato, ao utilizar o termo “desenvolvimento”, Marx faz referência ao aumento objetivo da complexidade de objetos estruturados ao longo do tempo. Nas palavras do autor, este desenvolvimento se manifesta na medida em que uma nova forma de ser social consiga “realizar cada vez mais a si mesma, ou seja, explicitar-se em categorias cada vez mais independentes e conservar as formas naturais apenas de um modo que crescentemente as supera” (Lukács, 2012, p. 320). No caso da sociedade, abstratamente concebida, este aumento do grau de complexidade é expandido através daquele complexo de tendências.

Para que tenhamos uma compreensão correta acerca desta concepção, outros dois aspectos precisam ser aludidos: a historicidade e a desigualdade do desenvolvimento. A apreensão da historicidade significa, antes de tudo, o reconhecimento do movimento *contínuo* de determinado objeto ao longo do tempo, isto é, da sua persistência na mudança. Como afirma Lukács (2012, p. 341): “a continuidade na persistência é,

enquanto princípio de ser dos complexos em movimento, indício de tendências ontológicas para a historicidade como princípio do próprio ser”. Mais ainda, a historicidade implica, não apenas, na persistência da mudança, mas também numa determinada direção desta mudança. No caso da sociedade em geral, já expomos três tendências deste tipo,

Mais importante ainda, porém, é o fato de que as mais diversas ideias antropomórficas, derivadas de incorretas generalizações do processo de trabalho, sejam elevadas a critério para estabelecer o que é efetivamente o desenvolvimento. Nesse caso, trata-se sobretudo do seguinte: direta ou indiretamente, imputa-se um caráter teleológico a complexos dinâmicos que, em termos ontológicos, não têm tal caráter (Lukács, 2012, p. 342).

A questão é que a sociedade é um todo de complexos articulados, em que “todo ‘elemento’, toda parte, é também aqui um todo” (Lukács, 2012, p. 307). Se examinarmos as relações que se estabelecem entre essas partes, veremos que elas podem se comportar de maneiras distintas e, portanto, na medida em que se realizam progressos singulares, em uma ou outra esfera da vida social, regressões simultâneas podem acometer outras esferas (Bonente, 2016, p. 37). Por este fato, temos de reconhecer que todo desenvolvimento que tem lugar na história da sociedade, pode assumir, em razão da sua própria dinâmica de funcionamento, a forma de um desenvolvimento desigual. Embora seja frequente a associação dessa desigualdade ao processo de distribuição de riquezas entre os países, sua concepção é mais abrangente. Para entender a profundidade desta relação, recorreremos a uma passagem de Marx, onde o autor destaca a dicotomia entre o desenvolvimento artístico e o desenvolvimento geral da sociedade, ele diz:

Quanto à arte, já se sabe que os períodos de florescimento determinados não estão, absolutamente, em relação com o desenvolvimento geral da sociedade, nem, portanto, com a base material, o esqueleto, de certo modo, de sua organização (Marx, 2008, p. 270).

É certo que, como já apontamos, na medida em que elementos singulares do processo de desenvolvimento são generalizados e tomados como critério único, há uma deformação desta concepção. Como evidencia Lukács (2012, p. 390):

O fato de que o resultado de tal processo deva desembocar necessariamente num caminho desigual com relação ao desenvolvimento da economia aparece como consequência necessária das bases estruturais do próprio desenvolvimento social. (...) a grande linha do movimento do ser social, a crescente socialidade de todas as categorias, vínculos e relações, não pode se explicitar em linha reta, segundo uma "lógica" racional qualquer, mas se move em parte por desvios (e até deixando para atrás alguns becos sem saída) e, em parte,

fazendo com que os complexos singulares, cujos movimentos reunidos formam o desenvolvimento global, encontrem-se individualmente numa relação de não correspondência.

Seguindo esta mesma lógica, a dinâmica de desenvolvimento capitalista apresenta algumas singularidades, que podem ser mais bem compreendidas, também, como tendências deste processo. É evidente que, aquelas tendências que apontamos acerca da linha geral de desenvolvimento se apresentam em alguma medida no desenvolvimento capitalista. Com efeito, o que pretendemos demonstrar é que, nesta formação social específica, tais tendências não somente se afirmam, mas se manifestam “de modo ampliado, extensiva e intensivamente” (Bonente; Medeiros, 2016, p. 52).

Apoiada em Marx, Bonente (2016, p. 50) aponta que o desenvolvimento capitalista se expressa em três tendências próprias: "(1) a tendência à concentração de capital; (2) a tendência à centralização do capital; e (3) a tendência ao aumento da composição do capital"¹⁰. A primeira diz respeito à reprodução do capital em escala ampliada, indicando um movimento de reaplicação da mais-valia no âmbito da produção. Como indica Marx (2013, p. 850),

Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Juntamente com a massa multiplicada da riqueza que funciona como capital, ela amplia sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas.

A segunda, remete ao crescimento dos capitais individuais, através da centralização do controle, trata-se da “supressão [*aufhebung*] de sua independência individual, *expropriação de capitalista por capitalista*, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores” (Marx, 2013, p. 851 - itálicos nosso). E, finalmente, a terceira, diferente das outras, refere-se à relação quantitativa entre os elementos constitutivos do capital (capital constante e capital variável), chamada de composição orgânica do capital. A tendência ao aumento desta composição orgânica aparece como o aumento de capital constante (isto é, do conjunto dos meios de produção) em detrimento ao capital variável (força de trabalho). Como evidencia Bonente (2016, p. 52):

A tendência ao aumento da composição do capital (...) nada mais é do que a forma de expressar-se o aumento das forças produtivas do trabalho sob o capitalismo. Mas, na medida em que o resultado final é, como tendência, queda no valor unitário das mercadorias e aumento da

¹⁰ Para uma visão mais profunda destes aspectos, ver Marx (2013).

mais-valia relativa, pode-se afirmar a existência de uma motivação exclusivamente capitalista para aumentar a produtividade do trabalho.

Ora, como vimos anteriormente, a tendência ao aumento das forças produtivas aparece como uma condição essencial ao desenvolvimento em sentido amplo, uma vez que dele depende a diversificação da práxis humana. No entanto, há uma diferença significativa nessa tendência na forma particular da sociedade capitalista, uma vez que ela se apresenta como uma necessidade da sua reprodução. Este aspecto foi reconhecido por Marx e Engels já no *Manifesto Comunista*, onde afirmam que “a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e com isso, todas as relações sociais” (2005, p. 43).

O fato de o aumento das forças produtivas ser uma tendência do desenvolvimento capitalista aponta para um progresso objetivo da sociedade como um todo. No entanto, nossa análise não pode se encerrar aqui pois, na medida em que amplia as condições de emancipação humana, o capital cria, continuamente, barreiras para a realização plena desta emancipação. Isto acontece porque, nesta dinâmica, a produção existe não em função dos produtores – e como meio de acelerar o *seu* processo de desenvolvimento –, mas do próprio capital. A ativação dessas contradições aparece, continuamente, como um momento mais elevado e fundamental do seu desenvolvimento. Neste sentido, Marx (*apud* Bonente) explicita:

A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua autoexpansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção; (...) Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital, a qual se baseia na expropriação e empobrecimento da grande massa dos produtores, colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais – em caráter permanente conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o modo capitalista de produção é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado mundial apropriado, é ele ao mesmo tempo a contradição permanente entre essa tarefa histórica e as relações sociais que lhe correspondem (2016, p. 58).

Este caráter contraditório do desenvolvimento capitalista tem uma relação direta com a forma de articulação do trabalho específica neste tipo de sociedade. Nesse sentido, “ao contrário de produção diretamente social, os trabalhos privados, independentes uns dos outros, somente atuam como parte constitutiva do trabalho social por meio da troca” (Bonente, 2016, p. 59). No caso da sociedade em forma especificamente capitalista,

desenvolvimento significa, portanto, a expansão e a intensificação das operações inerentes à sua lógica de funcionamento. Como bem explicita Bonente (2016, p. 20):

O trânsito de um estágio mais baixo de desenvolvimento para um mais alto significa, portanto, a predominância mais ampla da lógica capitalista na existência social (e não a passagem do pior ao melhor, seja lá como esses estados possam ser definidos).

Como vimos, a perspectiva adotada por Sen tem como fundamento a postulação de uma ligação direta entre a liberdade de troca e às demais expressões da liberdade humana, associando, assim, a generalização da relação mercantil (que só se torna generalizada no modo de produção capitalista) ao desenvolvimento humano em sentido amplo.

Tais formas, em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo (Marx, 2013, p. 216).

Maranhão (2012, p. 99) defende que, ao tentar unir, continuamente, suas proposições de desenvolvimento social aos mecanismos centralizadores do modo de produção capitalista, o economista – como outros pensadores da tradição liberal – se viu obrigado a mistificar suas propostas, mistificação esta que tendeu a se expressar de duas maneiras: “1) a naturalização dos mecanismos reguladores do mercado; e 2) a supervalorização do indivíduo”.

5. A abordagem de Sen em contraste com a realidade

Como discutimos anteriormente, a abordagem de desenvolvimento como liberdade é muito distinta das teorias clássicas do desenvolvimento. Além da sua ênfase a uma perspectiva “multicritério”, que dedica atenção às diversas facetas da liberdade humana e não apenas à variável do crescimento econômico, a obra – apesar de elaborada por um economista – não traz as marcas tradicionais da Economia do Desenvolvimento e nem da Sociologia do Desenvolvimento, estando, em certos aspectos, aquém e além de ambas¹¹. Apesar de suas diferenças, as teorias clássicas do desenvolvimento

¹¹ Aquém porque não desenvolve formulações tipicamente econômicas sobre, por exemplo, a relação entre poupança, investimento, formação bruta de capital, industrialização etc., nem também faz reflexões aprofundadas sobre o Estado, as relações entre as classes e as condições macro para o desenvolvimento, mas vai além nas preocupações sobre liberdade – na verdade, liberdades – e sua relação com o desenvolvimento social e pessoal (profissional, personalidade) que não são nada usuais naqueles ramos do conhecimento científico.

procuravam apresentar um método de avaliação verificável – com o uso de funções e fórmulas matemáticas –, que permitisse a aferição do “nível” de desenvolvimento entre os países, ao passo que Sen está menos preocupado com a formulação de uma base avaliatória objetiva (uma vez que sua abordagem está diretamente associada à atribuição de pesos e valorações individuais).

Este aspecto está assentado no contexto de emergência dessas teorias. Enquanto o surgimento das teorias clássicas do desenvolvimento estava alinhado às exigências de formalização da teoria econômica – sobretudo da neoclássica –, a teoria de Sen surge com a exigência de adequação ideológica desta estrutura. Com sua concepção de *desenvolvimento como liberdade*, Sen oferece as bases teóricas para a formulação de políticas de desenvolvimento que não questionam a concentração de riquezas e a troca desigual entre as nações. Com efeito, a sua perspectiva não abre espaço para o debate – ou a crítica – acerca dos efeitos nefastos da dinâmica atual de mundialização do capital.

O fato é que, a despeito de suas limitações de cunho teórico-metodológico – algumas delas já expostas –, a abordagem seniana do desenvolvimento ocupa, atualmente, um importante espaço nos discursos sobre políticas de desenvolvimento e tem sido propagada por diversas organizações internacionais como uma alternativa viável para a superação da pobreza e para a inserção dos países subdesenvolvidos no novo mundo *globalizado* do século XXI (Maranhão, 2012, p. 78).

Como apontam Bonente e Medeiros (2016, p. 59), “o desenvolvimento capitalista em todas as direções não é mais uma conjectura, mas uma realidade”. Ao endossar este fenômeno, a aparente reorientação no debate sobre desenvolvimento – bem como de suas estratégias de promoção – equivale apenas a uma naturalização da pobreza, que reforça a primazia do modo de produção capitalista como a única alternativa viável para o “desenvolvimento”. Ao fazer isso, “considera-se o desemprego, a penúria, a fome e até a falta de qualificação profissional como problemas sociais externos à lógica econômica da acumulação capitalista” (Mendonça, 2012, p. 66), não como resultados próprios à sua lógica de funcionamento, cujos desdobramentos espaciais e temporais são bastante desiguais – como demonstra a enorme diferença que há entre os países capitalistas –, mas combinados, imbricados.

O grande problema para a perpetuidade das novas promessas liberais de crescimento econômico com justiça social, como defendidas pelo autor, está no fato de que, mesmo políticas públicas focalizadas têm malogrado em suas tentativas de

minimizar a barbárie social. Para a concepção de *desenvolvimento como liberdade*, estratégias planejadas e universais para as políticas de desenvolvimento não são necessárias, mas antes políticas concentradas em aspectos específicos da vida social, passando a assumir o ínfimo objetivo de compensação das desvantagens individuais dentro do mercado.

Como já discurremos, a abordagem múltipla de Sen apresenta desafios significativos para a condução de estudos e avaliações sociais objetivas, que permitam medir o aumento (ou não) do desenvolvimento entre as nações. Apesar disso, podemos resgatar alguns aspectos da realidade concreta, tendo como base os elementos mais privilegiados na sua abordagem, a fim de verificar os avanços e os retrocessos decorrentes da influência do seu pensamento nas políticas econômicas e sociais a nível global. Para tanto, partimos daquele conjunto de liberdades antepostas na abordagem de Sen.

Começemos, então, com as liberdades políticas. Segundo o autor, as liberdades políticas referem-se aos “direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente” (Sen, 2000, p. 55), a saber, embora ele não as qualifique assim, à liberal-democracia, à democracia burguesa. Sen considera a instituição do Estado democrático de direito como um componente essencial do processo de desenvolvimento. Na sua visão, esta instituição tem uma importância direta para o desenvolvimento humano, uma vez que fornece os instrumentos para livre expressão e reivindicação de direitos, além de promover as capacidades básicas de participação política e social.

A questão é que, a despeito das potencialidades reais deste modelo político, neste novo paradigma liberal, as últimas décadas têm sido marcadas pelo enfraquecimento das conquistas democráticas. Decerto, o processo é contraditório, pois, a depender da questão analisada, avanços e retrocessos ocorrem simultaneamente e sob formas complexas – por exemplo, no Brasil, a expansão do acesso a determinados bens e serviços, mas sob formas predominantemente mercantilizantes, fomentando assim a passivização política e pavimentando o caminho para políticas regressivas de direitos e a ascensão da extrema-direita. Sendo assim, essa multiplicidade de crises – econômica, política, ambiental, ético-moral etc. – demonstra que a tendência prevalecente dos tempos atuais é regressiva, sobretudo nos países subdesenvolvidos, mas também com forte enraizamento nos países desenvolvidos. Ou, numa formulação mais concreta, pode-se afirmar que, sob formas e regimes políticos diversos, as políticas neoliberais promovem a retração de direitos sociais e trabalhistas, a privatização crescente do orçamento, das instituições e dos espaços públicos, como também a regressão da participação política das forças

comprometidas com ideias progressistas (redistribucionistas, democráticas, socialistas) e a ascensão das forças de extrema-direita em todo o mundo na atualidade. Como destaca Gaspar (2020, p. 459):

Na América Latina, na qual muitos países amargaram décadas de regimes militares (1960/80), os últimos anos foram marcados pelo fim da chamada “onda progressista” (anos 2000). Por meio de eleições (Argentina, Uruguai, Chile, Peru), golpes jurídico-parlamentares (Honduras, Paraguai, Brasil) ou militares (Bolívia), houve a substituição de governantes de centro ou centro-esquerda por representantes das frações mais truculentas da direita tradicional (Macri, Piñera) ou da extrema-direita (Bolsonaro, Jeanine Áñez). E, embora sejam um alento, as recentes eleições de Hernández (Argentina) [já contradito pela recente eleição de Milei] e Luís Arce (Bolívia) e as mobilizações populares chilenas que culminaram numa Assembleia Constituinte não foram suficientes para reverter a conjuntura política e, muito menos, o quadro de retrocesso social da América do Sul. Portanto, em meio a idas e vindas eleitorais, nada indica a abertura de uma conjuntura política favorável às forças populares e à efetivação de suas demandas.

Além disso, existe um problema na própria concepção de democracia, como defendida por Sen, que aponta para a manutenção dessa (e de outras) forma(s) de liberdade apenas na medida em que ela não entre em conflito com a própria dinâmica de funcionamento do capital. Conforme argumenta Mészáros, quando estes conflitos ocorrem, “a autolegitimação dessa sociedade é minada radicalmente e seu caráter de classe é facilmente desmascarado através de seu fracasso em se manter como sistema correspondente às necessidades dos direitos humanos elementares” (2008, p. 165). Ao não identificar a natureza real desta estrutura política – que só pode ser adequadamente compreendida por meio do desvendamento de seu fundamento econômico – e, por consequência, não compreender as suas determinações e efeitos reais, cujas relações contratuais, no sistema capitalista, representam uma “ilusão jurídica”, o autor acaba por endossar os efeitos negativos que a acompanham numa sociedade regida pelo capital.

No que concerne às facilidades econômicas, apontadas pelo economista como as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos no âmbito da produção, troca e consumo, poderíamos entender como a possibilidade de participação do indivíduo no livre-mercado ou, ainda, no exercício de sua “condição de agente” no mercado, conforme formulado pelo autor. Para Sen,

Os intulamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza

de um país, estas se refletem no correspondente aumento de intitulamentos econômicos da população (2000, p. 55).

Na medida em que encaminha as suas propostas para o âmbito do indivíduo e das instituições – ou, ainda, do uso das instituições na potencialização das capacidades do indivíduo –, o autor não apenas incorre numa naturalização das relações na sociedade capitalista (no que diz respeito às relações de classe), mas também negligencia um aspecto fundamental da literatura sobre desenvolvimento, que é a hierarquização dos países no mercado mundial e no sistema de Estados (isto é, na perspectiva marxista, da divisão internacional do trabalho e das relações de carácter imperialista). Apesar de suas diferenças, o reconhecimento deste aspecto constitui um traço essencial das chamadas “teorias do desenvolvimento” e atenta para os impedimentos objetivos causados por essas determinações estruturais. O fato é que, em si, o indivíduo não está isento de sofrer os poderosos efeitos desta hierarquização e suas relações de dominação. Por conseguinte, o fortalecimento e expansão das liberdades, em abstrato, não é suficiente para promover o desenvolvimento absoluto (em nível nacional) e, ainda menos, relativo (isto é, no contexto das relações centro-periferia em âmbito mundial) da economia, do estado-nação.

Em certo sentido, ocorre em contexto mais abrangente aquilo que Marx e Engels demonstram como sendo válido para os indivíduos no interior de uma formação social determinada:

A superação da autonomização das relações em face dos indivíduos, da sujeição da individualidade sob a casualidade, da subsunção de suas relações pessoais a relações de classe etc. é condicionada, em última instância, pela superação da divisão do trabalho (Marx e Engels, 2007, p. 422).

Podemos atentar para o fato de que, em alguma medida, países da periferia capitalista experimentaram alguns avanços nos campos do desenvolvimento econômico e social, que se traduziram no aumento da qualidade de vida de sua população. No entanto, estas mudanças pouco contribuíram para a resolução dos problemas estruturais desses países, apresentando um impacto reduzido na diminuição das diferenças de renda *per capita* e a dependência dos países periféricos em relação aos países centrais (Gaspar, 2020, p. 434).

O que ocorre é que diversas regiões do globo experimentaram um crescimento econômico significativo no período que precedeu o fim da Segunda Guerra, em pouco tempo, porém, este fenômeno entrou em colapso, na impossibilidade de garantir a

ascensão econômica do conjunto de nações sob a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo. Como aponta Nayyar (2009, p. 31 – itálicos e tradução nossos):

O crescimento econômico na América Latina durante o período de 1951 a 1980 também foi comparável ao dos países industrializados, o que aumentou sua participação na renda mundial. No entanto, *seu desempenho econômico foi claramente pior após 1980*, resultando em uma diminuição em sua participação na renda mundial. De forma semelhante, a África experimentou uma contração em sua participação na renda mundial, especialmente após 1980, devido a taxas de crescimento do PIB mais baixas do que em outras partes do mundo.

Diante da incapacidade prática de realização de crescimento econômico e justiça social, em um âmbito global, no Estado de Bem-Estar Social – dadas as suas limitações já explicitadas –, a intelectualidade burguesa procurou renovar suas velhas promessas de expansão do desenvolvimento e das liberdades individuais no restrito espaço do mercado. Vale lembrar que, para o autor, existe um argumento em favor do uso de políticas públicas pontuais e, assim, do próprio Estado, uma vez que este dispositivo social pode ajudar “a determinar a natureza e o alcance das liberdades individuais” (Sen, 2000, p. 59), visando “suplementar o que os mercados podem fazer” (Sen, 2000, p. 149). Apesar deste pensamento ter hegemonizado o debate atual, sua prática resulta na reprodução das fragilidades econômicas dos países mantendo, praticamente, irretocadas, – na verdade, aprofundando – suas enormes desigualdades externas e internas. Como efeito disto, Nayyar aponta que

a relação do PIB per capita dos 20 países mais ricos para o PIB per capita dos 20 países mais pobres do mundo aumentou de 54:1 entre 1960-62 para 121:1 entre 2000-02. A relação do PIB per capita no país mais rico para o PIB per capita no país mais pobre do mundo aumentou de 190:1 em 1960 para 545:1 em 2000 (Nayyar, 2009, p. 35 - tradução nossa).

Na esteira da atual dinâmica de poder, a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária passa, necessariamente, pela desmistificação destas propostas. É preciso reiterar, como antecipado por Marx, que

a Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social (Marx, 1983, p. 287).

Portanto, em que pese o reconhecimento dos avanços teóricos no pensamento liberal, atentando para certos constrangimentos objetivos – como a pobreza, a falta de acesso às instituições de justiça, a negação de direitos políticos etc. – que dificultam ao indivíduo um comportamento concernente às demandas de inserção com algum protagonismo econômico nas relações sociais capitalistas, Sen, em essência, não ultrapassa os limites dessa matriz de pensamento e, com isso, do horizonte possível da visão de mundo burguesa. E mais, num contexto em que urge a necessidade de transformação social radical para o enfrentamento dos enormes desafios da crise estrutural do capital, as suas ideias acabam servindo como justificativa ideológica para a reprodução da ordem societária estabelecida. E, nesse sentido, cumprem função social oposta às boas intenções subjetivas do autor.

6. Considerações finais

Em certo sentido, a questão que vem permeando este trabalho é a seguinte: a abordagem seniana oferece possibilidades concretas para a realização de seus anseios por liberdade humana e desenvolvimento?

Consideramos que, ao "submeter" a densa massa de argumentos de Sen a um exame mais rigoroso, o que se vê é que, na sua tentativa de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, sob os marcos do modo de produção capitalista, o economista ajuda a fortalecer as bases materiais para a contraditória negação desses objetivos. É verdade que a sua abordagem apresenta um importante desafio às teorias tradicionais, deslocando o enfoque do crescimento econômico para uma abordagem diferente do desenvolvimento, uma abordagem que, no sentido convencional, talvez não permita ser rotulada como liberal *stricto sensu*. Contudo, o autor deixa claro, em diversos momentos de sua reflexão, que o maior desafio do desenvolvimento não reside na superação do capitalismo, mas, paradoxalmente, na sua ausência. Isso se verifica, por exemplo, quando o autor associa, diretamente, um dos principais pressupostos da sociedade capitalista, a generalização da troca mercantil, ao desenvolvimento humano (Bonente; Medeiros, 2016, p. 57). Por essa razão, podemos interpretar a teoria de Sen como uma proposta alternativa, em favor da manutenção e desenvolvimento da sociedade (estritamente) capitalista.

A visão apresentada pelo economista não apenas restringe as concepções de liberdade e bem-estar, respectivamente, aos limites do mercado e às capacidades

individuais singularmente concebidas, como ela ainda não oferece um entendimento adequado dos problemas estruturais do desenvolvimento capitalista nos países subdesenvolvidos que impedem a sua ascensão à condição de desenvolvidos, tais como a divisão do trabalho em âmbito mundial e a hierarquia de poder político e militar dos estados. Além disso, sua teoria também não orienta qualquer enfrentamento das relações estruturais de exploração e dominação que fundamentam a concentração de renda e riqueza, a marginalização de parcelas da população (inclusive nos países desenvolvidos), os transtornos resultantes das mais diversas formas de alienação que transtornam objetiva e subjetivamente a vida de bilhões de pessoas – ultrapassando os limites da própria classe trabalhadora –, dentre tantos outros problemas.

Mesmo que as proposições ideológicas e políticas de Amartya Sen não possam alcançar os resultados almejados, elas têm sido amplamente propagandeadas por diversos organismos multilaterais, hegemonizando as discussões sobre desenvolvimento econômico e social nas últimas décadas. Seguindo as suas elaborações, conceitos como *desenvolvimento humano*, *empreendedorismo*, *capital humano*, *cidadania ativa*, *competitividade* etc. têm estado cada vez mais presentes no debate sobre políticas sociais de desenvolvimento¹²; em consonância com as demandas do neoliberalismo, “o foco está agora voltado para o desenvolvimento das oportunidades e capacidades do indivíduo” (Maranhão, 2012, p. 102).

Como apontamos, porém, a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária requer mais do que a ampliação das liberdades individuais no âmbito das relações de classe impostas pelo sistema capitalista – inclusive porque a oligopolização e a mercantilização generalizada das relações sociais constituem sérios obstáculos à efetiva liberdade individual. Na verdade, essa ampliação das liberdades exige transformação profunda dos modos de produzir e reproduzir a vida material e, com isso, de todas as relações sociais, superando as desigualdades estruturais impostas pelo capital. A ideia de desenvolvimento não pode, com efeito, ser dissociada dessa constatação.

Daí se segue, certamente, que o desenvolvimento de um indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento de todos os outros, com os quais ele se encontra em intercurso direto ou indireto, e que as diferentes gerações de indivíduos que entram em relações uns com os outros possuem uma conexão entre si (Marx; Engels, 2017, p. 422).

¹² Para diminuir em um grau o nível de abstração e tratar desta relação em políticas sociais específicas, vale considerar a leitura da Encomenda Governamental SETI/Fundo Paraná nº15/2024, do Governo do Estado do Paraná, onde, logo nas primeiras páginas, alguns destes conceitos são resgatados, quase que numa caricatura de nossa crítica.

Perante a impossibilidade concreta de garantir o livre desenvolvimento dos indivíduos, a abordagem de desenvolvimento proposta por Sen acaba por admitir acriticamente os limites teóricos e práticos impostos pela dinâmica de reprodução do capital, confundindo o movimento de desenvolvimento do capital com o desenvolvimento do próprio ser humano em sentido genérico, tanto indivíduo quanto espécie.

Como esperamos ter demonstrado, o desenvolvimento humano e a expansão de suas liberdades *reais* – isto é, a emancipação humana – exigem, antes, “que o indivíduo venha a se libertar de uma forma de desenvolvimento bem determinada” [o capital e suas formas de sociabilidade] (Marx; Engels, 2007, p. 422). Em sentido positivo, “essa missão, posta pelas atuais relações, coincide com a missão de organizar a sociedade de forma comunista” (Marx e Engels (2007, p. 422).

Referências bibliográficas

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BÉNICOURT, Emanuelle. Contre Amartya Sen. **L'économie politique**, n. 23, p. 72-84, jul./set. 2004. <<https://shs.cairn.info/revue-l-economie-politique-2004-3-page-72?lang=fr>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: Eduff, 2016.

BONENTE, Bianca Imbiriba; MEDEIROS, João Leonardo. Desenvolvimento como ausência de liberdade: Marx contra Sen. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. v. 45, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/263>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GASPAR, Ronaldo Fabiano dos Santos. Capitalismo periférico: do desenvolvimento atrofiado à reiteração das desigualdades globais. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 26, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/588/486>>. Acesso em: 13 de novembro de 2024.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Org.). **O jovem Marx e outros escritos de filosofia: Gyorgy Lukács**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARANHÃO, César Henrique. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. *In*: MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.

____. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do sr. Proudhon. São Paulo: Boitempo, 2017.

____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tomo 1 (prefácios e capítulos I a XII). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008.

MENDONÇA, Jorge Luiz V. Pessoa de. Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 65 - 73, jan./jul. 2012. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/10522>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NAYYAR, Deepak. **Developing countries in the world economy**: the future in the past? WIDER Annual Lecture 012. Helsinki: UNU-WIDER, 2009. Disponível em: <<https://www.wider.unu.edu/publication/developing-countries-world-economy>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2025.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

OLIVEIRA, Valter Lúcio. Liberdade e Poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 5, n. 9, p. 9-31, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/752/75250902.pdf>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2025.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

____. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, n. 28/29, São Paulo, 1993. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/VJKn7b5cJWQKrnTwGMmSKVM/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2025.